



EDUCAÇÃO EM DEMOCRACIA

Ficha Técnica:

Diretora: Leonor L. Torres

Diretores Adjuntos: José António Brandão de Carvalho
e Sílvia Monteiro

Editora: Catarina Silva



Editorial



No ano em que se celebram os 50 anos do 25 de abril de 1974, que marcou o início da vida democrática em Portugal, o Centro de Investigação em Educação lança um número temático do Boletim CIED, especialmente dedicado à Educação em Democracia. A educação democrática faz parte do ideário do CIED, comprometido com os princípios da participação, inclusão, equidade e justiça social. Procurando concretizar um dos princípios de abril – a participação democrática – o CIED propôs, simbolicamente, celebrar a efeméride dando voz aos estudantes de doutoramento.

Durante o mês de abril lançamos o desafio aos doutorandos de partilharem com a nossa comunidade uma breve reflexão sobre o contributo da “sua” investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática? Uma questão aparentemente simples, mas revestida de inúmeras possibilidades de abordagem e de enorme importância para o alinhamento da investigação com a missão do CIED.

O Boletim reúne 16 reflexões referenciadas a perto de uma dezena de especialidades do doutoramento, que traduzem os múltiplos olhares sobre a Educação em Democracia, perspetivada a partir das investigações em curso. O lançamento deste número temático ocorre durante a 2ª Edição das Jornadas Doutorais em Ciências da Educação, pretendendo assim enriquecer este espaço de partilha e de discussão de projetos de investigação (em curso e concluídos).

A Direção do CIED agradece aos estudantes de doutoramento e à Catarina Silva, que editou este Boletim, desejando uma boa leitura e umas excelentes Jornadas.

Leonor L. Torres
Diretora do CIED



Damiano Salei Padre

Doutorando em Ciências da Educação -
Sociologia da Educação e Política Educativa

Bolseiro de Doutoramento, com financiamento do
INAGBE, Angola

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadora científica:
Maria José Casa Nova

A formalização do direito à educação na Declaração Universal dos Direitos Humanos a 10 de dezembro de 1948 é sintomática dos constrangimentos que, antes eram colocados a muitas pessoas, em idade escolar. Não obstante esta concretização legal, o percurso para a escolarização de um número considerável de alunos continuou a ser bastante sinuoso sobretudo, daqueles que, fruto de situações socioeconómicas, políticas, culturais ou mesmo condição física, a sociedade, focalizando para o que “lhes faltava/falta”, perspetiva-os para a condição de “possuidores de desvantagens naturais” face aos demais. É assim que, a nível internacional foram realizados um conjunto de eventos em matéria de educação, com destaque para aqueles promovidos pela UNESCO, com o objetivo de sinalizar e reforçar a relevância que a educação para todos e de qualidade representa para o fomento de uma sociedade mais digna e que todo o esforço deveria ser feito pelas autoridades dos diversos países, para que ninguém ficasse privado deste direito. Todavia, aproximadamente 30 anos depois da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (Declaração de Salamanca - Espanha 1994) onde se formalizou a necessidade de implementação de sistemas educativos mais inclusivos e, apesar de uma intensa produção teórica no campo, a realidade internacional e nacional continua a revelar-se muito aquém do desejável, mantendo, por isso, atual o debate acerca da educação inclusiva.

É neste âmbito que, como cidadão e investigador comprometido com uma mudança social que vise a construção de uma sociedade mais justa, nos sentimos interpelados por uma realidade que se apresenta como socialmente injusta e, nesse sentido, estamos a desenvolver a investigação “Desafios da Educação Inclusiva em Angola: o caso da Província da Huíla”, visando dar o nosso contributo na organização e gestão da educação inclusiva em Angola, promovendo o cumprimento de um direito humano fundamental: acesso e sucesso para todos/as numa educação escolar de qualidade. Desta feita, atendendo aos efeitos multiplicadores positivos que o processo educativo de qualidade pode gerar, consideramos que tal abordagem pode também contribuir para o empoderamento de estratos sociais e culturais do espaço social objeto da presente investigação, com repercussões na qualidade de intervenção/participação destes na consolidação da autonomia política, económica e social de Angola, cujo processo histórico beneficiou da influência do movimento de emancipação política que emergiu em Portugal, a partir do 25 de Abril de 1974.

Desta feita, estando Angola num processo de construção/consolidação da sua democracia, consideramos que a promoção de uma educação inclusiva pode ser um fator catalisador para que todos os cidadãos tenham uma participação mais informada na sociedade e, consequentemente, usufruam dos bens e serviços existentes.



Donato Filipe Nobre Rosa

Doutorando em Ciências da Educação –
Organização e Administração Escolar

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadora científica:
Fernanda Martins

Considerando que a nossa investigação é sobre o papel da Carta Educativa (CE) na política educativa e no planeamento da educação dos municípios, podemos afirmar que a investigação em curso contribuirá, efetivamente, para o desenvolvimento da Educação em Democracia.

O quadro de transferência de competências no domínio da educação para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, amplia de forma significativa o âmbito de intervenção das autarquias, podendo vir a ser considerado um marco no percurso das reformas da administração da educação em Portugal, iniciado essencialmente a partir de 1974. Assim, a redefinição das áreas de intervenção dos municípios e comunidades intermunicipais obrigou à construção de instrumentos de política educativa local. A CE é um desses instrumentos.

Sendo o poder local um pilar fundamental da nossa democracia, as políticas educativas e o planeamento da educação local são, necessariamente, elementos essenciais para o reforço da democracia em educação. A descentralização de poderes no domínio da educação para o local é essencial e indispensável para a criação de uma maior proximidade com a comunidade local e com o território, promovendo a participação e a inclusão democrática, possibilitando uma adaptação mais eficaz das respostas às necessidades locais. A combinação destes elementos resultará num sistema educativo mais responsivo, equitativo e democrático, que atendendo às necessidades da comunidade local, fortalece os princípios democráticos da sociedade em geral.

Por outro lado, também o processo de elaboração das CE deve contribuir para o desenvolvimento da democracia, uma vez que se quer que este seja um processo participativo, de diálogo, envolvendo, através da consulta e da auscultação, os diferentes atores locais com intervenção na educação. Ao garantir que todos os membros da comunidade educativa têm acesso a informações e mecanismos de participação, a elaboração da CE contribuirá para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo, fortalecendo, inevitavelmente, os princípios e as práticas democráticas.

Com base na análise aos desafios e oportunidades da CE como instrumento de planeamento das políticas educativas locais, a nossa investigação, ao mesmo tempo que proporcionará uma compreensão mais aprofundada sobre o impacto real deste instrumento, apresentará novas perspetivas e dados relevantes que poderão culminar em propostas inovadoras que contribuirão para a promoção, reforço e desenvolvimento da democracia em educação.



Helena Maria Cerqueira Miranda

Doutoranda em Ciências da Educação -
Desenvolvimento Curricular

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadores científicos:
José Augusto Pacheco e Filipa Seabra

A colaboração docente: por uma educação de qualidade para todos

Cinquenta anos volvidos sobre a revolução dos cravos, os ideais de abril de uma sociedade mais justa, onde pontue o direito a uma educação de qualidade para todos são, como tantos outros, equacionados. A liberdade de reunião possibilita as práticas colaborativas; a liberdade de expressão permite-nos emitir as nossas próprias opiniões. Neste renovado país que somos, investigar, refletir, analisar, tirar ilações, mudar, inovar, são palavras de ordem que antes não ousávamos.

A investigação que, enquanto doutoranda em Ciências da Educação da Universidade do Minho, na especialidade de Desenvolvimento Curricular se está a realizar, incide na avaliação externa das escolas. Analisa-se o eventual impacto dessa atividade no desenvolvimento profissional e na melhoria curricular da Escola, concretamente quanto a um dos pontos do Domínio da Prestação do Serviço Educativo, do Quadro de Referência deste terceiro ciclo avaliativo. Este enfatiza o papel das práticas letivas para a qualidade educativa da Escola sendo patente uma visão estratégica quanto aos seus propósitos e ao papel dos seus intervenientes: concretamente, a melhoria pedagógica e letiva, em função de procedimentos de colaboração, como fator de desenvolvimento profissional e de mudança transformacional das escolas, de culturas de trabalho individual para culturas colaborativas com impacto no desenvolvimento curricular.

Na investigação que foi desenvolvida em agrupamentos de escolas de um distrito da zona norte do país, reconhece-se que os relatórios produzidos pelo IGEC atendem mais a outras questões do que ao papel ativo dos docentes para a melhoria da escola: o ponto quatro aparece escassamente mencionado, seja como fator relevante para a qualidade da escola, ou ao invés, como ponto a carecer de melhoria. Já os resultados das entrevistas individuais, entrevistas de grupo, bem como do inquérito por questionário, traduzem uma conceção de escola e de sala de aula já não mais fechada, territorial, mas aberta aos outros, á colaboração. Foi frequentemente afirmado que, juntos, somos mais capazes; com os outros, ultrapassamos obstáculos: "quando partilhamos e colhemos a empatia dos colegas, percebemos que não somos só nos com aquele problema. Ajudamo-nos mutuamente e aprendemos muito uns com os outros. Não nos sentimos sós" (focus group AE E, Pos. 39). Muitos dos participantes do estudo afirmam que conversar sobre questões pedagógicas; reunir e trabalhar em conjunto; refletir com os seus pares faz parte do seu quotidiano, está naturalizado e é imprescindível.

O diálogo pedagógico, as partilhas de experiências e de materiais entre docentes, para a organização pedagógica e a resolução de problemas educacionais, a entreaduda, a reflexão conjunta, são algumas das práticas com impacto na melhoria da profissionalidade e na qualidade educativa da escola – em última análise, na qualidade da educação, desde os primeiros anos.



João Indembi Xavier

Doutorando em Ciências da Educação –
Literacias e Ensino do Português

Bolseiro de Doutoramento, com financiamento do
INAGBE, Angola

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadora científica:
Íris Susana Pires Pereira

A minha pesquisa virada à formação inicial de professores para o ensino inicial da leitura e da escrita no ensino primário angolano. Estou convencido que a realização desta pesquisa é fundamental para construção de conhecimento válido capaz de ajudar a compreender e a repensar a formação inicial de professores em Angola, uma das variáveis fundamentais para o desenvolvimento de uma educação democrática. Além disso, hoje mais do que nunca, saber ler e escrever não é apenas uma habilidade indispensável para a construção de conhecimento, é, mais do que nunca, uma ferramenta de participação ativa na vida social, uma ferramenta de emancipação e empoderamento.

Não podemos construir uma educação democrática com indivíduos que não saibam ler e escrever, e não podemos ensinar a ler e escrever com professores que não sabem como o fazer.



Luan Tarlau Balieiro

Doutorando em Ciências da Educação –
Sociologia da Educação e Política Educativa

Bolsista de Doutorado, com financiamento do
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq - Brasil)

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadores científicos:
Leonor L. Torres e Mário Azevedo

Plataformização, Democracia e Educação na era digital: algumas reflexões

Estamos situados em uma cultura virtual. Com a pandemia da covid-19 iniciada em 2020, essa circunstância se avigorou. O crescimento das plataformas, considerando a proeminência da plataformização da educação, possibilitou a criação de um valor econômico e social em grande escala, a partir de ecossistemas que impulsionam a economia digital. Assim, motivado a responder à questão: “Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia/Educação Democrática?”, reflito que o contributo da minha investigação de doutoramento, a qual centro-me na Digitalização da Educação Superior no contexto latino-americano e europeu, de modo a verificar o processo de transnacionalização do capitalismo de plataforma, fenómeno que carece de profundos exames acerca de suas consequências à sociedade, concerne a uma indagação central: que impacto econômico e social gera uma plataforma digital? Tratando-se da Educação em Democracia, compete sabermos a respeito dos dados que geram uma determinada plataforma com circulação, por exemplo, na Educação Superior. Quem, afinal, governa as plataformas? Para onde são extraídos os dados operacionalizados por elas? Qual é a finalidade dessa extração? Em um cenário visceralmente tecnológico e performático, os atores sociais que integram a Educação (estudantes, docentes, gestores, instituições, dentre outros) estariam subordinados a novos instrumentos de regulação e controle, os quais colaboram com a erosão da democracia e, por conseguinte, com a intensificação de práticas de dominação, competitividade e adaptação aos ditames do mercado, de uma racionalidade neoliberal. Importa salientar que uma das características do capitalismo de plataforma é o potencial de criação de efeitos de rede, em que o valor das plataformas aumenta à medida que mais usuários e produtos aderem. Ao relacionar esses postulados ao campo da Educação, nota-se uma quantidade expressiva de plataformas consubstanciadas em ideários de empreendedorismo, solucionismo tecnológico e de uma aparente qualidade educacional. Tais ideários são reproduzidos avidamente, de maneira a se consolidar como condutas hegemônicas que reforçam o caráter mercadorizante da Educação em tempos tão avançados de digitalização. Conforme proferiu Antonio Gramsci (2007), em seus “Cadernos do Cárcere”, relações hegemônicas se efetivam no momento em que um conjunto de crenças e valores se arraiga em uma concepção de mundo. Se as plataformas, com capacidade de extração de dados, têm o poder de nos regular e controlar, implantando noções que distanciam a Educação de sua essência democrática como bem público e desenvolvimento humano, qual concepção de mundo vivenciamos “em rede”? Todas as indagações aqui proferidas anseiam por respostas. O caminho para essa busca é a conscientização progressiva por meio da investigação, da ciência, de uma educação democrática promotora da equidade e da emancipação.



Luísa Teixeira Machado dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação –
Psicologia da Educação

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadores científicos:
Leandro Almeida e Susana Caires

A investigação que tenho vindo a realizar, enquanto doutoranda do curso de doutoramento em Ciências da Educação, na especialidade de Psicologia da Educação, visa caracterizar e analisar a convergência de variáveis pessoais e contextuais na construção e implementação dos percursos académicos de estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), procurando perceber qual o impacto destas variáveis nos níveis de sucesso escolar dos alunos oriundos dos PALOP a frequentar Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas. Estes estudantes constituem, nas IES portuguesas, um subgrupo de estudantes não tradicionais, mas cujo acesso ao Ensino Superior em Portugal tem vindo a aumentar em consequência das medidas de democratização do acesso a este nível de ensino e inerente abertura a novos públicos.

Iniciativas de âmbito internacional, como o Fórum Mundial de Educação 2015, promovido pela UNESCO na Coreia do Sul (UNESCO, 2016), e a integração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030, fixados na cimeira da ONU decorrida em Nova Iorque em 2015 (UNESCO 2015), bem como medidas de âmbito nacional, de que são exemplo a regulação do Estatuto de Estudante Internacional (Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, entretanto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto), que passou a possibilitar a candidatura direta de estudantes internacionais ao ES português e o estabelecimento de propinas diferenciadas para os estudantes internacionais, assim como o estabelecimento de acordos bilaterais de cooperação e de protocolos de colaboração entre instituições de ES portuguesas e instituições congéneres dos PALOP, têm contribuído para o aumento de alunos, em instituições portuguesas, provenientes de países de economias emergentes em vias de desenvolvimento (OCDE, 2020).

Na base do estabelecimento de acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP está a perspetiva do investimento em educação, enquanto estratégia de combate à pobreza, de promoção de equidade e inclusão, e de retorno à normalidade em situações de conflito, enquanto um direito humano, e ainda como fator de crescimento económico dos países (Silva et al, 2017).

No processo de acolhimento a novos públicos, importa que as IES definam e implementem medidas e políticas de diferenciação pedagógica e inclusão socio-educativa-cultural dos subgrupos de estudantes não-tradicionais. Não sendo suficiente garantir a democratização do acesso, tais medidas são decisivas para a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, ou seja, um compromisso das instituições com uma efetiva igualdade de oportunidades de sucesso para todos, atendendo às suas características e necessidades.

Organisation for Economic Cooperation and Development. (2020). *Education at a glance 2020: OECD indicators*. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-en>

Silva R. 2017 Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul Editora Cabo Verde Edições Uni-CV Jacqueline Cunha da Serra Freire, Bartolomeu Lopes Varela, José Augusto Pacheco, Marcelo Galvão-Baptista (Organizadores) 2017 ISBN 978-989-8707-40-6 (Cabo Verde), ISBN 978-989-8707-41-3 (E-book Cabo Verde) Políticas de cooperação para o desenvolvimento de Portugal no contexto educacional. Reflexões sobre a Guiné-Bissau Rui da Silva Júlio Gonçalves dos Santos José Augusto Pacheco UNESCO (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova Iorque: Nações Unidas. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&lang=E.

UNESCO (2016). *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. Paris: UNESCO, p. 50. <https://iite.unesco.org/publications/education-2030-incheon-declaration-framework-action-towards-inclusive-equitable-quality-education-lifelong-learning/>

Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março (publicação) – Estatuto de estudante internacional
Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto (alteração e republicação) – Estatuto de Estudante Internacional



Manuela Françoise Mendes de Castro

Doutoranda em Ciências da Educação –
Organização e Administração Educacional

Bolsista de Doutoramento, com financiamento da
Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadora científica:
Leonor L. Torres

As investigações recentes no âmbito da Administração Educacional retratam atitudes de “passividade” e “alienação democrática” dos atores educativos que, num nível microorganizacional, tendem a partilhar e naturalizar “uma conceção minimalista e gestionária da democracia” e demonstrar “uma visão despolitizada da organização escolar” (Torres, et al., 2020, p. 291).

Em 2022, na sequência da investigação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Administração Educacional, observamos um discurso manifestamente situacionista, atitudes reveladoras de apoliticidade e passividade dos atores educativos, o que nos levou a questionar: “Continuamos a educar para a passividade?”. Na sua tese de doutoramento, João Formosinho (1987) já estudara este fenómeno que associou ao sistema político, administrativo, cultural e educacional do Estado Novo no qual os professores foram profissionalmente e culturalmente socializados e à consequente desmobilização política inculcada pela dominação ideológica Salazarista. Atualmente, sabemos que 72% dos docentes portugueses têm entre 40 e 59 anos (Edustat, 2019), pelo que a sua socialização cultural e profissional ocorreu maioritariamente em período democrático, indicando-nos, portanto, um paradoxo evidente entre as atitudes microorganizacionais dos atores e uma conjuntura sociopolítica democrática. O nosso projeto de investigação procura, assim, aferir numa análise diacrónica se, por um lado, a estruturação do sistema educativo português contribuiu para a superação da socialização para a passividade do ator escolar e, por outro lado, se o ator escolar colocou “a sua margem de liberdade” ao serviço da transformação e do progresso da sua condição política, cultural e profissional, transcendendo, assim, as heranças socioculturais do Estado Novo documentadas na tese de doutoramento de Maria Filomena Mónica (1978).

Além de oferecer uma ótica socio-organizacional no que concerne estruturação do sistema educativo em período democrático, a nossa investigação pretende colocar em perspetiva a socialização profissional e cultural dos professores ao longo de 50 anos de forma a destacar o seu papel na democratização da escola pública e questionar o seu processo de formação, procurando transcender a herança sociocultural salazarista que exigia do professor “uma natural vocação para o ensino” e “a tecnicidade peculiar do ensino” e abrindo possíveis caminhos para a inclusão de uma variável ético-política na sua formação.

Formosinho, J. (1987). Educating for passivity: a study of Portuguese education (1926-1968). [Tese de doutoramento]. University of London

Mónica, M. (1978). Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926/1939). Editorial Presença.

Torres, L., Sá, V., Lima, L. (2020). Concentração de poderes, autonomia operacional, erosão democrática. In L. C. Lima, V. Sá, & L. L. Torres (Orgs.), *Diretores Escolares em Ação* (pp. 283-298). Fundação Manuel Leão.



Maria João Batista

Doutoranda em Ciências da Educação –
Desenvolvimento Curricular

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadores científicos:
José Augusto Pacheco
e Daniela Coimbra

A Educação Democrática parte do princípio de que todos os indivíduos devem participar ativamente nos processos de decisão que dizem respeito à sua aprendizagem, sendo que, para as crianças e jovens se tornarem adultos responsáveis e saibam viver em sociedade, é fundamental que aprendam em comunidade, mas também por si. É essencial que as escolas e seus atores estejam preparados para incentivar a criatividade, o espírito crítico e o respeito pela individualidade, procurando assim envolver todos os seus intervenientes, em especial professores e alunos, num ambiente de iniciativa e proatividade. Assim, os processos implementados de forma democrática devem substituir a aprendizagem clássica e mecânica promovendo assim uma liberdade curricular adaptada a cada aluno, contemplando a organização da comunidade escolar em torno da democracia e contribuindo na formação de crianças e adultos mais responsáveis e autónomos. Seguindo esta linha de pensamento, o projeto que está a ser desenvolvido prende-se com a preocupação do desenvolvimento técnico e cognitivo dos alunos, com a melhoria do processo de ensino/aprendizagem de alunos e professores, bem como com o seu desenvolvimento enquanto seres conscientes de si. Este insere-se na especialidade de Desenvolvimento Curricular, na consideração de que há estudos que, pela sua especificidade, requerem uma análise interdisciplinar, na fronteira de construção de novas perspetivas sobre a educação. Na atualidade, vive-se um ambiente de passividade e rotina em que “Ensinar para a prova” é uma postura cada vez mais presente nos ambientes escolares e que afeta tanto alunos, como professores (Nussbaum, 2015), fazendo com que a criatividade e a individualidade, marcas da educação e da aprendizagem humanista da melhor qualidade, percam o seu espaço. A finalidade do processo de ensino é levar o aluno ao pensamento crítico, criando um ambiente de aprendizagem no qual existe equilíbrio entre os conteúdos específicos das matérias e a criação de posturas de autocritica, de independência intelectual e desenvolvimento das aptidões individuais (Nussbaum, 2015). O objetivo principal da investigação é o de contribuir para o enriquecimento do quadro teórico apresentado através de uma proposta curricular que valide que as teorias apresentadas e as estratégias que delas advêm são um contributo positivo para o processo de construção do “Aprender a Estudar” tendo como ponto fulcral a relação pedagógica professor/aluno. Acredita-se que a investigação que está a ser desenvolvida permitirá contribuir de forma mais incisiva na formação de sujeitos de ações, comportamentos e relações, em que o papel do professor será ensinar aptidões e capacidades através de conhecimentos e princípios ajudando assim os alunos no desenvolvimento das suas competências e no contributo para o desenvolvimento de uma Educação mais Democrática.

Nussbaum, M. C. (2015). *Sem Fins Lucrativos – Porque a democracia precisa das humanidades*. Tradução Fernando Santos. Editora WMF Martins Fontes



Paulo Cordeiro Leite

Doutorando em Ciências da Educação -
Desenvolvimento Curricular

Bolsheiro de Doutoramento, com financiamento do
INAGBE, Angola

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadoras científicas:
Joana Sousa e Filipa Seabra

A investigação "Autoavaliação e garantia de qualidade no subsistema do ensino superior angolano" assume um papel crucial no desenvolvimento da Educação em Democracia/Educação Democrática, contribuindo de forma significativa para os seguintes aspetos: a) fortalecimento da Autonomia e Responsabilização: a autoavaliação institucional, pilar fundamental da garantia da qualidade, empodera as instituições de ensino superior (IES) angolanas, permitindo-lhes uma análise crítica e reflexiva de seus processos internos. Essa autonomia promove a responsabilização por seus resultados e a busca por aprimoramentos contínuos, alinhados às necessidades da sociedade e dos estudantes; b) transparência e Prestação de Contas: através da avaliação externa e da acreditação, as IES são submetidas a um rigoroso exame por pares, garantindo a transparência de suas ações e a prestação de contas à sociedade.

Essa prática contribui para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo, onde todos os *stakeholders* têm acesso à informação e podem participar ativamente do processo de avaliação; c) promoção da Participação Democrática: este processo, exige a participação ativa de todos os membros da comunidade académica, incluindo estudantes, docentes, gestores e comunidade externa. A autoavaliação e a garantia da qualidade abrem espaço para essa participação, incentivando o diálogo, o debate e a construção de consensos sobre os rumos da educação superior em Angola; d) desenvolvimento de Cidadãos Críticos e engajados: um sistema de ensino superior de qualidade, pautado pela autoavaliação e pela garantia da qualidade, forma cidadãos críticos e engajados, aptos a questionar, analisar e propor soluções para os desafios da sociedade. Essa postura crítica é essencial para a construção de uma democracia participativa; e) combate à Exclusão e à Desigualdade: Ao promover a equidade e a inclusão, a Educação em Democracia/Educação Democrática garante que todos os indivíduos, independentemente da sua origem ou condição social, tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade.



Sofia Isabel Marques

Doutoranda em Ciências da Educação -
Educação em História e Ciências Sociais

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadora científica:
Maria Glória Solé

A investigação que está a ser realizada, no âmbito do Doutoramento em Educação, especialidade em História e Ciências Sociais, com o título "A empatia histórica para compreender o passado: um estudo com professores e alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico da zona Centro de Portugal", visa analisar a relevância atribuída à empatia histórica por professores e alunos portugueses do 2.º Ciclo do Ensino Básico, para o desenvolvimento do pensamento histórico, bem como pretende avaliar como a empatia histórica promove a compreensão e pensamento histórico dos alunos.

A empatia histórica significa compreender e explicar os motivos, as ações e os acontecimentos do passado no seu contexto (Endacott & Brooks, 2013; Ferreira, 2009; Lee & Ashby, 2001; Perikleous, 2019, 2022; Seixas & Morton, 2013), de modo que as mentes atuais as possam compreender. Tal significa um vasto conhecimento do contexto histórico, interpretação da evidência histórica diversificada e/ou contempladora de diferentes perspetivas, integrando, por vezes, uso da imaginação histórica, mas sustentada na evidência histórica (Ferreira, 2009).

A disciplina de História tem um papel fundamental no exercício de cidadania, pois compreender e respeitar os outros pontos de vistas permite que sejamos mais tolerantes, solidários e justos para com o próximo, revitalizando os valores democratas.

Esta investigação contribuí para um Educação democrática, uma vez que reconhecer a diversidade de valores, costumes e práticas do passado leva a um entendimento, reflexão e respeito pelas diferenças culturais do passado, realçando o respeito pelo passado adverte para aquilo que deve ser a conduta do presente, ou seja, o respeito pelos valores democráticos da sociedade.



Sonaira de Araújo Moura

Doutoranda em Ciências da Educação –
Tecnologia Educativa

Bolseira de Doutoramento, com financiamento da
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadores científicos:
António José Osório
e Bento Duarte Silva

O 25 de abril de 1974 marcou um ponto de virada na história portuguesa, trazendo à tona princípios democráticos como a participação, inclusão, equidade e justiça social. No contexto educativo, esses princípios são essenciais para assegurar que todas as vozes, incluindo as das comunidades indígenas, sejam ouvidas e respeitadas.

A investigação em decurso, com o projeto intitulado “Formação continuada de professores para a integração de Tecnologias de Informação e Comunicação: no contexto da educação escolar indígena” é crucial para a implementação de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade cultural. A inclusão das TIC nesse processo tem o potencial de enriquecer o ensino e aprendizagem, contribuindo para que a educação dos povos indígenas: Shanenawa e Poyanawa, que vivem na região do Acre (Brasil), seja mais inclusiva e inovadora.

Estes povos, assim como os demais, possuem processos educativos próprios que são profundamente enraizados em suas culturas e tradições. Estes processos são relevantes não apenas para as suas comunidades, mas também para a sociedade em geral, oferecendo perspectivas sólidas sobre a sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e modos de vida comunitários.

A educação democrática vai além da simples transmissão de conhecimentos; ela busca formar cidadãos críticos e participativos. As TIC oferecem ferramentas poderosas para fomentar a colaboração, o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes. Para os professores indígenas, a formação continuada em TIC é uma oportunidade de se apropriarem dessas tecnologias e de as utilizarem para promover uma educação de qualidade que respeite e valorize as diferenças e especificidades culturais e saberes tradicionais do seu povo.

Apesar dos benefícios, a integração das TIC na educação escolar indígena enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de formação específica para os professores. No entanto, superados esses obstáculos, as TIC podem transformar a educação indígena, oferecendo novas formas de ensinar e aprender complementados os processos educativos, aspetos culturalmente relevantes e pedagogicamente eficazes já praticados por cada comunidade.

No espírito do 25 de abril, que celebra a liberdade e a democracia, a formação continuada de professores indígenas para a integração das TIC representa um passo importante rumo a uma educação mais inclusiva, equitativa e justa. Esta abordagem não só promove a qualidade da educação escolar indígena, mas também fortalece os princípios democráticos, garantindo que todos tenham voz e participem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.



Sónia Filipa Rodrigues Valente

Doutoranda em Ciências da Educação -
Supervisão Pedagógica

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientador científico:
José Luís Coelho Silva

O tema da investigação que estou a desenvolver centra-se na "Aprendizagem Cooperativa na Formação Inicial de Professores: Que impacto da Intervenção em Contextos Educativos na Prática Profissional Supervisionada?"

A aprendizagem cooperativa assume um papel de relevância contribuindo para as exigências da sociedade contemporânea, impulsionando uma Educação em Democracia, concretizando-se em diversos momentos do quotidiano com interações, vivências e partilhas, favorecendo um ambiente de discussão, soluções e, possíveis conclusões, além de assumir um papel de referência nas orientações e normativos políticos. Almeja-se contribuir para a (re)organização da gestão da sala de aula a nível do ambiente educativo, recursos e estratégias pedagógicas, promovendo a intencionalidade educativa direcionada para a cooperação e reflexão, numa lógica de professores reflexivos sobre as suas práticas, num processo construtivo de pessoas e cidadãos colaborativos, competentes, compassivos, criativos, capazes de aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer.

A aprendizagem cooperativa é uma metodologia ativa que coloca os alunos no centro do processo da sua aprendizagem, tendo o professor o papel de interlocutor qualificado que pretende fomentar melhorias significativas nas seguintes dimensões: aprendizagens escolares; relações interpessoais; auto-estima, competências no pensamento crítico; maior capacidade em aceitar as perspectivas dos outros ; maior motivação intrínseca; maior número de atitudes positivas com as disciplinas estudadas, a escola, com os professores e colegas e diminuição de problemas disciplinares uma vez que existem mais tentativas de resolução de conflitos, assim como aquisição de competências para trabalhar com os outros.



Verónica Parente

Doutoranda em Estudos da Criança -
Infância, Desenvolvimento e
Aprendizagem

Qual o contributo da sua Investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadoras científicas:
Susana Caires e Joana Casanova

Avalio que à medida que a nossa sociedade muda, a Educação Emocional desempenhe um papel crucial na transformação do Ethos Social escolar e no desenvolvimento da Educação Democrática. Ao integrar a Educação Emocional no currículo escolar, estamos não apenas a promover o bem-estar emocional dos alunos, mas também a prepará-los para serem cidadãos comprometidos, éticos e empáticos, capazes de contribuir positivamente para o avanço de uma sociedade democrática e inclusiva. John Dewey (1928) argumentava que uma democracia genuína requer mais do que apenas o governo da maioria. Enfatizava a importância da participação ativa de todos os membros da sociedade no processo político, incluindo a capacidade de pensar criticamente, participar na formulação e aplicação de políticas públicas, e avaliar os resultados. (Dewey, 1928, citado por Putnam, 1994). Neste contexto poderemos considerar que a promoção de valores democráticos seja essencial na Educação Emocional. A Educação Democrática não se limita à transmissão de conhecimento sobre princípios democráticos, mas engloba experiências práticas que capacitem os alunos a serem cidadãos ativos e participativos (Barbosa, 2020). A participação dos alunos na tomada de decisões escolares e na resolução de problemas comunitários emerge como uma estratégia eficaz para promover valores democráticos no ambiente escolar (Sousa & Ferreira, 2019). Além disso, a Educação Emocional tem o potencial de fortalecer a participação cívica dos alunos, habilitando-os a se envolverem ativamente na vida cívica das comunidades (Barbosa, 2020). É de salientar a importância de práticas educacionais que promovam a participação dos alunos em atividades cívicas e comunitárias, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis (Boyte, 2019). A Educação Emocional apoia os alunos a entender e a reconhecer as suas próprias emoções, permitindo-lhes comunicar e expressar os seus sentimentos de maneira saudável, criando ambientes escolares onde a empatia e a compreensão mútua sejam promovidas (Spinrad et al., 1999). A intenção da Educação Emocional capacitar os alunos a tomar decisões informadas, considerando não apenas os aspetos racionais, mas também a consequência emocional das suas ações contribui para a formação de cidadãos responsáveis que entendem o impacto das suas escolhas no bem-estar coletivo (Greenberg & Bolger, 2001). Em síntese a Educação Emocional prepara-os para enfrentar desafios sociais e políticos com resiliência e sabedoria, contribuindo assim para uma cultura de diálogo, respeito mútuo e colaboração (Greenberg & Bolger, 2001). Ao adotar a Educação Emocional, as escolas não apenas investem no bem-estar individual dos alunos, mas também plantam as sementes para uma sociedade mais justa, solidária e democrática, onde cada voz é ouvida e valorizada.

Barbosa, M. G. (2020). Educação e Democracia: Do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), 759–773.

Boyte, H. (2019). Boyte Democracy and the Green New Deal—Adapted from ASU March 2019.

Greenberg, L. S., & Bolger, E. (2001). An emotion-focused approach to the overregulation of emotion and emotional pain. *Journal of Clinical Psychology*, 57, 197–211.

ONU. (2024). Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Centro de Informação Regional Das Nações Unidas Para a Europa Ocidental. Consultado a 07 de maio de 2024. <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>

Sousa, I., & Ferreira, E. (2019). Participação e cidadania criativa: O trabalho com os estudantes a partir de uma escola básica e secundária. Consultado em 07 de maio de 2024. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129664/2/426295.pdf>

Spinrad, T., Eisenberg, N., Cumberland, A., Fabes, R., Valiente, C., Shepard, S., Reiser, M., Losoya, S., & Guthrie, I. (2006). Relation of emotion-related regulation to children's social competence: A longitudinal study. *Emotion*, 6, 498–510.

Putnam, H. (1994). *Cómo renovar la filosofía*, Madrid. Cátedra.



Angélica N. Marta Vidal

Doutoranda em Ciências da Educação –
Desenvolvimento Curricular

Bolsista de Doutoramento, com financiamento do
INAGBE, Angola

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientadores científicos:
José Augusto Pacheco e Maria Mendes

A minha investigação aborda os processos e práticas de avaliação do Desempenho docente: um estudo de caso no contexto do ensino superior em Angola. A avaliação de desempenho é uma tarefa difícil, porém fundamental para qualquer sistema educativo, devendo estar ao serviço da qualidade, da justiça, da equidade do controlo e da eficácia e assente nos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça, segundo Mendes (2002), contrariamente à prática.

Neste sentido, concordamos com Lima (2002) ao admitir a existência de articulações/desarticulações, convergências/congruências entre políticas, práticas e conceção dos atores, no exercício de implementação de sistemas avaliativos. Entretanto, estas podem ser evitadas ao respeitar-se a participação e envolvimento dos docentes, de forma autónoma, ativa, crítica, criativa e reflexiva nas diferentes etapas da avaliação do desempenho docente, tendo em conta a complexidade do processo e dos instrumentos de avaliação, garantindo desta forma a consistência efetiva do mesmo e bem-estar de todos. Neste sentido, a minha investigação vai alertar para a necessidade de abertura de espaços de diálogo e negociação que promovam a clarificação e identificação dos referenciais de avaliação do desempenho docente, que nem sempre são suficientemente coerentes, conhecidos ou reconhecidos pelos atores raramente convocados, o que implica dificuldade e contradição no ato avaliativo.



Xavier Jorge Mafuassa

Doutorando em Ciências da Educação –
Literacias e Ensino do Português

Bolseiro de Doutoramento, com financiamento do
INAGBE, Angola

Qual o contributo da sua investigação para o desenvolvimento da Educação em Democracia / Educação Democrática?

Orientador científico:
António Carvalho da Silva

A questão relativa à Educação Democrática é atual e de todo o interesse, uma vez que se assiste a um processo de ensino que nem sempre parece observar as realidades socioculturais e as necessidades de aprendizagem dos alunos como um todo, observando-se uma ignorância, por exemplo, dos direitos linguísticos dos alunos em determinados contextos escolares, havendo, por isso, necessidade de estudos que visem contribuir para um ensino isento de marginalizações. Neste sentido, a minha investigação, intitulada “Ensino do Português Língua não Materna em Angola e a Influência de Línguas Autóctones: o Caso do Kikongo no Uíge”, traz uma abordagem sobre a diversidade de alunos no que concerne às suas línguas maternas, a relação existente entre eles (escolarização em língua portuguesa), assim como as suas discrepâncias, em termos de conhecimentos adquiridos na escola.

Neste sentido, importa dizer que a República de Angola é um país multilingue, onde coabitam diversas línguas, entre as quais o Português, o Kikongo e o Kimbundu, sendo cada uma o principal meio de comunicação de um grande grupo de alunos. No quadro de todas as línguas em interação, o Português possui o estatuto de língua oficial e, igualmente, o único meio de comunicação para a escolarização de todos os alunos, independentemente da origem etnolinguística desses aprendentes. Os demais sistemas linguísticos são designados línguas nacionais. Assim, se, por um lado, o Português é língua materna (LM) de uma parte de angolanos, por outro, assiste-se a outra parte de alunos que têm outras línguas como maternas, tendo, por isso, o Português como língua não materna (LNM). Em certos casos, o segundo grupo revela um desconhecimento total da língua portuguesa. Essa heterogeneidade linguística reflete-se no espaço escolar, onde se encontram alunos do Português Língua Materna (PLM) e do Português Língua não Materna (PLNM). Olhando para este contexto onde os alunos diferem em termos linguísticos, mas todos eles se servem do Português para aprenderem as matérias escolares, surge a seguinte questão: será que há Democracia Educativa num espaço escolar onde alguns alunos aprendem as matérias escolares na língua que dominam e outros aprendem os conteúdos na língua que pouco ou não dominam?

Este estudo surge no sentido de questionar se todos os alunos beneficiam da política linguística de escolarização ou se há um que é mais privilegiado (aquele que tem a língua oficial como materna), em detrimento do outro (o que possui o Português como LNM). É, portanto, no facto de trazer grupos de alunos opostos em termos linguísticos, para distinguir as discrepâncias das suas aprendizagens e propor procedimentos que possam permitir um processo de aprendizagem participativo, inclusivo, equitativo, para o alcance de justiça social, que reside o contributo desta investigação para o desenvolvimento de uma Educação Democrática. De acordo com Manso (2007), no campo educativo, a Democracia implica a expectativa de servir de igual modo todos os cidadãos. Assumindo o ponto de vista deste autor, não se pode reconhecer a Democracia numa sala de aulas onde se assiste a dois grupos distintos de alunos, como sucede nas escolas angolanas, em que um já conhece as estruturas básicas da língua de escolarização, por ser a sua LM, enquanto o outro não possui o domínio básico do Sistema linguístico em que lhe são administradas as matérias escolares, porque possui outra LM, sendo esta a que melhor conhece estruturalmente, porém não é reconhecida no espaço escolar.

Assim, a Educação Democrática em Angola será um facto quando os direitos linguísticos de todos os alunos se refletirem no meio escolar, com a conceção de uma metodologia onde nenhum grupo de alunos terá dificuldades de aprendizagem por causa da incompreensão da sua língua de escolarização.

Manso, A. (2007). Escola Democrática e Sucesso Escolar: uma Perspetiva Crítica. In A. Barca, M. Peralbo, A. Porto, B. Duarte da Silva & L. Almeida (Eds.). *Libro de Actas do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 3229-3235). Coruña: Universidade Coruña.



Universidade do Minho
Instituto de Educação



CIED Centro de
Investigação
em Educação

Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

T: 253 604 687
cied@ie.uminho.pt
cied.uminho.pt



Este trabalho é financiado pelo CIED - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**